

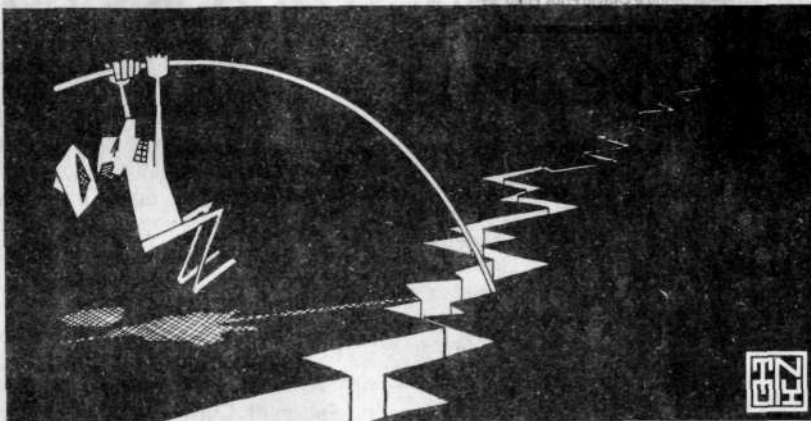
Tendências/Debates

AUC

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Por que dividir o Estado de Goiás

HENRIQUE SANTILLO



Ninguém mais põe em dúvida que a arte da política esteja na compreensão correta das forças atuantes de modo contraditório, num momento, para dirigir a ação administrativa no rumo da resultante real dessas forças. Nem todos se lembram, porém, de que essa compreensão está na dependência direta de um entendimento adequado do processo histórico e cultural que inspirou este ou aquele conjunto de forças.

A falta desse entendimento é que tem levado a certa perplexidade diante da quase unanimidade de opiniões e posições, em todo o Estado de Goiás, a favor da divisão do nosso território e da criação do Estado do Tocantins, na porção Norte goiana.

Um observador mais atento já terá notado, entretanto, que o processo de ocupação — e, portanto, a formação histórico-cultural — foi absolutamente diverso no Norte e no Sul de Goiás. E isso determina condições que, ao final do processo, explicam e fatalizam a divisão.

Ao contrário do Sul de Goiás, o Norte foi ocupado predominantemente por nordestinos, principalmente maranhenses e piauienses, enquanto as regiões limítrofes de Minas Gerais e Mato Grosso tiveram o processo de desbravamento comandado fundamentalmente por bandeirantes e posteriormente ocupado pelos mineiros. Poucas bandeiras — e quase todas apenas em busca do ouro, sem fixar-se nos locais — chegaram à região do Tocantins na época em que os nordestinos abriam fronteiras novas em Tocantinópolis, Babaçulândia, Filadelfia, Natividade, Dianópolis, Miracema.

Outra diferença fundamental está em que no Norte de fato aconteceu a miscigenação entre as três raças — o branco, o negro e o índio. No Sul, o índio foi dizimado, depois das tentativas infrutíferas de submetê-lo ao trabalho escravo.

Formações culturais bem diversas, portanto, geraram formas de vida, de trabalho, de comércio muito diferentes, ainda mais quando se sabe que as condições geográficas e a ausência de transportes eficientes durante séculos determinaram o isolamento do Norte (em relação ao Sul). Até poucas

décadas atrás, levava-se semanas para ir por exemplo, de Goiás, a antiga capital, a Porto Nacional ou Tocantinópolis.

Não é de estranhar, assim, que o Norte tenha cultivado secularmente uma tradição separatista, já que todo o relacionamento do Norte goiano se dava com o Norte e o Nordeste brasileiro — e até com o exterior via Belém do Pará ou São Luís do Maranhão.

O sistema escolar goiano e brasileiro esqueceu-se — ou omitiu — durante décadas essa história separatista. Mas não apagou os episódios. Natividade foi durante meses a capital do Norte, separado de Goiás, no início do século 19, coincidindo com as lutas da independência do Brasil. Em São José do Duro (hoje Dianópolis) estabeleceu-se em certa época um poder isolado sob a liderança de um dos coroneis da época — cisão que só foi esmagada a força pelas tropas policiais do governo de Goiás. No início deste século, Porto Nacional (que até 1889 se chamava Porto Imperial) transformou-se em capital quase isolada, berço de uma cultura rica que se vangloriava de ser mais avançada que a do Sul e se dava ao luxo de exportar para este os seus intelectuais.

Por que, então, com todos esses fatores, Norte e Sul permaneceram juntos num mesmo Estado? Durante mais de um século, diria que pela força. Mais modernamente, a partir de 1930, graças ao papel desempenhado

pelo interventor Pedro Ludovico, que, através do PSD, promoveu uma política de integração, de acomodação de conflitos. Pedro Ludovico chamou nordestinos para o governo, fez concessões, conciliou. Mas o sonho continuou.

Agora se consuma a separação, aprovada quase unanimemente nas duas porções do atual território goiano.

E de saída, não é difícil verificar que o novo Estado poderá de fato reunir melhores condições administrativas, separado, já que as peculiares condições de Goiás dificultavam o contato entre a sede principal dos órgãos estaduais e cada uma das comunidades nortenses. De São Sebastião do Tocantins, no extremo Norte, a Goiânia, são mais de 1.500 quilômetros, mais que a distância Goiânia-Rio, uma vez e meio o percurso Goiânia-São Paulo.

Gerenciamento próprio, estruturas próprias, bem conduzidas, permitirão, ao que tudo indica, um desenvolvimento mais rápido para o Norte, tão desejado pelo seu povo. Não é difícil prever que haverá uma corrida de investimentos para Gurupí, para Araguaia e para as terras mais baratas do Tocantins.

Goiás também terá seus ganhos. Se o Norte crescer, crescerão as trocas comerciais com o Sul do Estado, que continuará a ser o grande entreposto. E toda a estrutura comercial e industrial que interliga os dois Estados tenderá a crescer. Do ponto de vista administrativo, também haverá vantagens para o Sul, que embora ainda tenha carências

acentuadas dispõe de uma infra-estrutura de transportes, energia, armazenagens, educação e saúde já bem à frente, mais sólida.

E a ferrovia Norte-Sul, que dá seus primeiros passos agora, com certeza aprofundará o processo de crescimento inter-relacionado de Goiás e do Tocantins, na próxima década.

Talvez o novo Estado enfrente alguns problemas sérios nos seus primeiros passos. No futuro, porém, será um espaço privilegiado, que dará condições excepcionais aos que estiverem neste momento de olhos abertos. De que outra forma se pode conceber um espaço situado entre o Araguaia e o Tocantins, das excepcionais vias de transporte barato e fontes preservadas de energia a ser explorada (das 13 hidrelétricas previstas para o Tocantins, nove estão no novo Estado; e a maior de todas planejada para o Araguaia — Santa Isabel —, também).

Nossa posição pessoal em relação ao Tocantins sempre foi clara, a favor da divisão — por entender esses fatores. Já em 1983, em discurso no Senado, nosso apoio ficou registrado.

Agora que o sonho nortense se consolida, entenderemos que uma outra luta árdua se torna necessária — para torná-lo um Estado moderno, democrático, sem feudos políticos. O ponto decisivo será a montagem de uma superestrutura política moderna, que não se prenda às formas clássicas de coronelísticas de mediação. Se isto não acontecer, certamente vai-se criar um ponto de estrangulamento insuperável.

Nessa superestrutura, necessariamente precisará ocupar lugar de destaque a administração do meio ambiente, que é uma das questões modernas e vitais do Brasil. O novo Estado herdará algumas das maiores riquezas naturais de Goiás: o rio Araguaia, o rio Tocantins e a ilha do Bananal. São patrimônios de todos os cidadãos brasileiros (como define a nova Constituição). Que o Tocantins seja um bom guardião, são os nossos votos.

HENRIQUE SANTILLO, 50, médico, é o governador do Estado de Goiás (PMDB, foi senador da República e líder de seu partido no Senado Federal).